

O ENSINO DE ARTES E OFÍCIOS NO BRASIL COLÔNIA

THE TEACHING OF ARTS AND CRAFTS IN THE BRAZILIAN COLONY

Renant Araújo Morais¹

RESUMO: O presente trabalho examina a trajetória do ensino de ofícios manuais no Brasil no período colonial entre 1530 e 1808 buscando o desenvolvimento – avanços e recuos – do ensino de artes e ofícios inserido no contexto mais amplo do processo de colonização. A pesquisa analisa o desenvolvimento do ensino de artes e ofícios em diversos espaços – nos engenhos, nos estaleiros improvisados, nas missões jesuíticas, na mineração – procurando enfatizar a sua articulação com a realidade econômica e social da colônia. A pesquisa enfoca a dualidade existente entre o ensino propedêutico, destinado à elite da sociedade, e o ensino de artes e ofícios destinado aos pobres, desvalidos e órfãos. A matriz epistemológica que respalda o trabalho é o materialismo histórico dialético desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Colônia. Escravidão. Ensino de Artes e Ofícios.

ABSTRACT: This paper examines the trajectory of handicrafts education in Brazil during the colonial period between 1530 and 1808, focusing on the development – advances and retreats – of arts and crafts teaching inserted in a broader context of the colonization process. The research analyzes the development of the teaching of arts and crafts in several sites, such as in sugar mills, in makeshift shipyards, in Jesuit missions and mining areas – emphasizing its linkage with the colony’s economic and social reality. The research focuses on the duality between the introductory education for the elite of society and the teaching of arts and crafts for the poor, the helpless as well as for the slaves. The epistemological matrix that supports the work is the dialectical historical materialism developed by Karl Marx and Friedrich Engels.

KEYWORDS: Brazil Colony. Slavery. Teaching of Arts and Crafts.

Introdução

A trajetória da educação no Brasil, desde o período colonial, atravessando a fase do Império e adentrando na República, sempre foi marcada por uma dualidade muito forte no que diz respeito à educação humanista e à educação profissional. A primeira, direcionada aos filhos dos grandes proprietários rurais, dos grandes comerciantes e burocratas que formavam a máquina administrativa do país, com o objetivo de fornecer a esses privilegiados educação e formação que os preparassem, futuramente, para dirigir o país, e a segunda, o ensino de artes

¹ Mestrando em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba – renantmorais@iftm.edu.br. R. Dr. Silvério José Bernardes, 402, Mercês, Uberaba/MG. Fone: (34) 33132670.

e ofícios, quando existia, voltado às camadas pobres da população, incluindo-se nessa categoria os órfãos, os abandonados e os desvalidos.

Segundo Manfredi (2003, p. 76):

Desde o período colonial, quando um empreendimento manufatureiro de grande porte – por exemplo, os arsenais da marinha – exigia grande aporte de mão-de-obra – não disponível -, o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem compulsória, ensinando ofícios aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos. O padrão foi começar com o ensino de ofícios nos cais, em hospitais, nos arsenais do exército ou da marinha.

Argumentava-se na época que, como essas parcelas pobres precisavam trabalhar para sobreviver, elas teriam que aprender um ofício, uma atividade artesanal.

Para Gomes (2013, p. 60):

A política de educação no país se constituiu, desde o período colonial, em um ensino dualista que, ao lado de uma educação academicista para a elite, contrapõe um ensino de baixo nível para a grande camada da população desprivilegiada. Assim, ao mesmo tempo em que se ofereceu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, a educação se manteve insuficiente e precária nos demais níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter o status.

Assim, a educação no Brasil Colônia pode ser dividida em duas partes distintas: a educação desenvolvida pelos padres jesuítas – escolarizada, humanista, livresca, para iluminar o espírito, afastada da ciência e das utilidades práticas – e o esboço de uma educação profissionalizante, esta última, como se verá adiante, bastante assistemática e não escolarizada.

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, juntamente com o primeiro Governador Geral do Brasil, Tomé de Sousa. Criada por Ignácio de Loyola, no contexto da Contrarreforma como uma reação da Igreja Católica e para impedir o avanço das religiões protestantes, a Companhia de Jesus teve um papel muito importante na colonização da América. Seu objetivo básico era cristianizar as populações indígenas expandindo, assim, a fé católica como uma maneira de compensar as perdas de parte do seu rebanho na Europa.

E foi com esse objetivo primordial, de propagar, de difundir o Cristianismo em novas terras que os padres jesuítas desenvolveram suas atividades no Brasil e na América Espanhola. Sobre essa questão, Veiga (2007, p. 56) comenta que:

Integrados à perspectiva colonial de reordenar espaços e transformá-los em locais de fixação material e cultural, os jesuítas desenvolveram formas diferenciadas de ocupação. Isso pode ser comprovado pela construção de Igrejas, colégios, seminários, residências e aldeamentos, além da posse de fazendas, engenhos e oficinas.

Colégios para ensinar e transmitir as primeiras letras para os filhos da elite da sociedade colonial, seminários para a formação de padres que teriam o importante papel de propagar a fé cristã e difundir preceitos éticos e morais para ordenar e disciplinar uma população dispersa, espalhada em vasto território, aldeamentos ou missões, com o fito de catequizar os índios e convertê-los em mão de obra para a Igreja. Durante grande parte do período colonial, mais precisamente até o ano de 1759, coube aos padres jesuítas um papel fundamental na educação no Brasil, uma vez que eles praticamente monopolizavam o ensino escolarizado, institucionalizado em terras brasileiras. De acordo com Cunha (2000, p. 67):

Em meados do século XVIII, os jesuítas mantinham no Brasil 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários maiores além de um número não determinado de seminários menores e escolas de ler e escrever. A Companhia de Jesus tinha, para suas escolas, uma pedagogia, modelos institucionais e currículos próprios, tudo isso condensado no *Ratio Studiorum*.

Posteriormente, na administração do ministro Marquês de Pombal, os padres jesuítas foram expulsos não só do Brasil, mas também de todas as colônias portuguesas na África e na Ásia. A oposição e os atritos entre a coroa portuguesa e a Companhia de Jesus estavam relacionados com o crescente poder político e econômico que essa congregação religiosa foi adquirindo ao longo dos anos a ponto de constituir uma espécie de Estado dentro do Estado. Saviani (2008, p. 68) acrescenta que:

[...] os inicianos foram constituindo, a partir dos favores e concessões da Coroa e doações de particulares, um imenso patrimônio que incluía, além de colégios, seminários e Igrejas, casas de aluguel, terras de cultivo, fazendas, engenhos, currais, e, como agentes produtores em todas essas propriedades, considerável número de escravos.

A expulsão dos inicianos deixou uma espécie de vácuo com relação à educação no Brasil Colônia. O Estado foi obrigado a montar, mesmo que de improviso, um sistema alternativo de educação. Criaram-se as aulas régias, ou avulsas, de latim, grego, filosofia e retórica. Essas aulas eram autônomas e isoladas, com professor único e não se articulavam entre si. Ao mesmo tempo, criou-se o subsídio literário, imposto que seria carreado para a educação. Todavia, os resultados obtidos foram muito poucos em virtude da escassez de recursos e grande carência de professores habilitados.

Os espaços sociais onde ocorria o ensino de artes e ofícios

No caso do ensino profissionalizante não houve, por parte da coroa portuguesa ou das autoridades locais, uma política oficial e efetiva para a implantação e o desenvolvimento

desse tipo de ensino. Houve, no período colonial, medidas isoladas, ditadas pelas circunstâncias ou necessidades específicas e momentâneas, mas que não chegaram a constituir uma política oficial e sistemática. De certa forma, o ensino de artes e ofícios, no Brasil Colônia, ficou muito mais restrito à iniciativa particular. A este respeito, segundo Gallindo (2013, p. 40):

No Brasil do período colonial, os processos educativos em instituições já nos formatos escolares eram direcionados apenas aos homens livres, ou seja, aos dirigentes e à população livre que estivesse suprindo às necessidades da Coroa. No que diz respeito à relação trabalho-educação acontecia, em tal período, apenas uma formação para o trabalho não sistematizada e um ensino de ofícios.

Inserido em um contexto mais amplo, o próprio panorama econômico e social da colônia, com sua vida rural baseada no latifúndio e na escravidão, as regras e restrições do pacto colonial que muitas vezes tolhia o desenvolvimento e a diversificação econômica, acabavam por inibir o aprimoramento da técnica aliada à produção. Tal situação não constituía nenhuma novidade do ponto de vista histórico. Se voltarmos para o mundo antigo, especialmente no caso da Grécia, verifica-se que o peso excessivo da escravidão, na sociedade ateniense, se, por um lado, permitiu um desenvolvimento extraordinário das forças intelectuais representadas pela filosofia, pela discussão política, pela música e pelo teatro, por outro lado, significou um entrave para o aprimoramento de técnicas e conhecimentos científicos aplicados diretamente na produção material. Segundo Anderson (1987, p. 26):

[...] mais dramático ainda, naturalmente, era o contraste dentro do próprio mundo clássico entre sua vitalidade cultural e superestrutural e seu embotamento infra-estrutural. A tecnologia manual da Antiguidade era exígua e primitiva não apenas pelos padrões externos de uma História posterior, mas sobretudo pela medida do seu próprio firmamento intelectual – o qual, em muitos aspectos críticos, sempre permaneceu bem mais alto que o da Idade Média ainda por chegar. Há pouca dúvida de que a estrutura da economia escrava é que foi fundamentalmente responsável por essa extraordinária desproporção.

Fato semelhante, guardadas as devidas diferenças no que tange ao contexto histórico, ocorreu no Brasil. A presença avassaladora do trabalho escravo, notadamente nas atividades econômicas mais importantes, como a agricultura de exportação e a mineração, inibia o aprimoramento da técnica no sentido de promover um maior desenvolvimento e produtividade dessas atividades. Para as autoridades portuguesas e os potentados da colônia não havia por que investir em técnica ou criar escolas de ofícios artesanais, uma vez que os exauridos braços dos escravos estavam disponíveis para participar de todas as atividades relacionadas à produção e ao transporte de riquezas coloniais.

O pacto colonial também constituía um obstáculo para o desenvolvimento de determinadas atividades econômicas. A produção de manufaturas e indústrias estava proibida. O objetivo era claro: eliminar uma provável concorrência com a produção metropolitana e evitar ao máximo a tão temida autonomia econômica da colônia. Afinal de contas, a independência econômica é o prenúncio da tão perigosa independência política. O decreto de D. Maria I, de 1785, proibindo a instalação de manufaturas, fato que levou inclusive ao fechamento ou destruição de algumas delas que já estavam funcionando, deixa isso bem claro. Tivesse o Brasil, durante o longo período colonial, liberdade para a instalação de manufaturas e consequente diversificação da economia, se não estivesse submetido a um controle tão rígido por parte da metrópole, inclusive no aspecto da cultura, uma vez que dezenas de livros eram proibidos e nem de imprensa se dispunha, talvez essas liberdades econômicas e culturais pressionassem no sentido do desenvolvimento da técnica e, por conseguinte, do ensino de artes e de ofícios.

No entanto, apesar de todos esses obstáculos, vários ofícios e atividades que exigiam certa qualificação técnica foram instalados no Brasil.

No caso do ensino profissionalizante, as necessidades e contingências da economia colonial ora incentivaram, ora retardaram o desenvolvimento do ensino de artes manuais no Brasil. Apesar da economia predominantemente agrária, as artes manuais e industriais eram necessárias até mesmo para complementar ou permitir o pleno desenvolvimento das atividades agrícolas e as comunicações entre a colônia e a metrópole.

Algumas das primeiras atividades mecânicas dessa época foram o reparo e o conserto de navios que faziam a ligação Portugal, Brasil, Índias. Nessas travessias longas e perigosas, era comum que os navios sofressem danos e avarias. Daí a necessidade de oficinas, muitas vezes improvisadas, para o reparo dessas embarcações. Nesse caso, não faz muito sentido o uso da expressão escola, uma vez que não existia um prédio com todos os cômodos, equipamentos e mestres que dão nome ao que se denomina atualmente de escola. O que existia, como afirmado anteriormente, era apenas uma oficina improvisada, onde adolescentes, muitos deles mulatos e negros, aprendiam na prática cotidiana as atividades inerentes ao reparo de navios.

A construção naval foi a atividade industrial que reuniu, junto com os engenhos, o maior número de trabalhadores por unidade de produção durante a colônia. Nela, a divisão do trabalho era bastante acentuada e exigia-se, para certas tarefas, uma especialização muito grande. No início eram serviços de assistência aos navios em trânsito, quando necessitados de reparos. Logo a seguir, ainda no século XVI, pequenas embarcações para o desenvolvimento

da navegação de cabotagem começaram a ser construídas (MENDES JUNIOR *et al*, 1979, p. 206).

Fonseca (1962, p. 424) oferece interessante painel sobre como era feita a transmissão de conhecimentos nesses estaleiros improvisados.

A aprendizagem era feita pelo método da época, isto é, pelo princípio imitativo, em que os jovens se exercitavam nos ofícios vendo os oficiais trabalhar e reproduzindo aquilo que os mesmos executavam. Não havia ensino propriamente dito. Fazia-se com que os menores fossem entregues a certos mestres ou oficiais que lhes deviam revelar a arte que professavam, assim como os segredos do ofício. Esses segredos, contudo, raramente eram transmitidos, porque seus detentores temiam a possível concorrência dos rapazes inteligentes. Nenhuma espécie de instrução teórica era ministrada àqueles aprendizes. Davam-se-lhes, apenas, conhecimentos práticos, ou melhor, deixava-se que eles aprendessem o que viam fazer e repetiam.

Vale ressaltar, também, que os engenhos de cana-de-açúcar constituíam um espaço para o aprendizado de artes e ofícios. As enormes distâncias e o isolamento em que muitos engenhos viviam os forçavam a desenvolver determinadas atividades. A esse respeito, Prado Júnior (1986, p. 220) destaca:

Fora das grandes aglomerações, as artes mecânicas e industriais constituem um simples acessório dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração. Para o manejo desses, ou para atender às necessidades de seus numerosos moradores - o proprietário e sua família, escravaria e agregados - torna-se necessário, por motivo das distâncias que os separam dos centros populosos, mercê da extensão dos domínios, ou por outras considerações de ordem prática ou econômica, a presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, frequentemente, até de manufaturas de pano e vestuário.

Ou seja, o isolamento, as distâncias, a precariedade dos caminhos e a dispersão de comunidades separadas por léguas obrigavam esses povoados a dispor de certa autonomia econômica com vários tipos de oficinas e produção independente. A mão de obra que trabalhava nessas oficinas era invariavelmente formada por negros e mulatos.

Da citação de Prado Júnior percebe-se que as artes e ofícios mecânicos, com exceção das cidades de maior porte, não tiveram um desenvolvimento autônomo ou independente no sentido de se desenvolver e se fortalecer. Montavam-se oficinas e adaptavam-se seu funcionamento ou seu volume de produção apenas para atender às necessidades da atividade econômica central, a empresa açucareira ou, posteriormente, a mineração.

Mas não era somente nos engenhos e estaleiros improvisados que se desenvolviam as artes e os ofícios. A Companhia de Jesus, embora tivesse como seu objetivo primordial a propagação da religião católica, também contribuiu para a disseminação, embora pequena, do

ensino de ofícios. Como é sabido, os jesuítas fundaram, ao longo do território, dezenas de aldeamentos para domesticar e cristianizar as populações indígenas. Ora, esses aldeamentos, muitas vezes, constituíam pequenas comunidades com uma considerável população de padres e índios. Era, então, necessária a produção não só de alimentos, mas também de outros bens materiais necessários para a sobrevivência e um mínimo de conforto para essas populações. A missão jesuítica constituía todo um complexo de instalações, dentre as quais se incluíam a Igreja, o colégio, a praça, as casas dos índios, a residência dos jesuítas, oficinas, pomar e horta. A própria construção dessas instalações exigia a atuação de trabalhadores com conhecimentos especializados e, posteriormente, os próprios jesuítas passaram a ensinar para os índios vários ofícios. De acordo com Veiga (2007, p. 62), existia:

[...] uma extensa relação de ofícios ensinados pelos jesuítas aos indígenas e escravos africanos. Exercidos em colégios, fazendas, engenhos e aldeias, dentre os ofícios destacam-se o de marceneiro, que atua na construção de edificações e na de navios; o de ferreiro, serralheiro e fundidor, que se dedicam ao fabrico de objetos e ferramentas de trabalho; o do oleiro, que produz tijolos, telhas, ladrilhos e louça; e o de tecelão, que era exercido indistintamente por homens e mulheres.

Ressalta-se, mais uma vez, que esse tipo de educação desenvolvida pelos padres jesuítas era mais de natureza prática e assistemática, desprovida de um conhecimento teórico prévio, do que propriamente escolarizada. O aprendiz adquiria conhecimentos muito mais no interior da própria oficina, observando, acompanhando e praticando, do que em uma instituição escolar tal qual a concebemos hoje. Fonseca (1962, p. 26) chega a destacar que:

[...] o ensino elementar das mais diversas profissões manuais, feito pelos padres da Companhia de Jesus, fora determinado pelas circunstâncias e não tivera caráter sistematizado nem obedecera a nenhum plano. Tudo conforme a exigência do momento, tudo de acordo com as necessidades imediatas.

No entanto, o aspecto mais marcante do ensino de artes e ofícios, não só no período colonial, como também no império, foi sua relação com a população pobre, miserável, desvalida, negra e mestiça. Os colonos portugueses que atravessaram o atlântico vieram para o Brasil para governar a colônia, para ocupar cargos administrativos e burocráticos, para se dedicar ao comércio, para enriquecer e ocupar posições de comando. O trabalho manual e mecânico, herança da civilização greco-romana, era mal visto, considerado degradante e humilhante. Mendes Junior *et al.* (1979, p. 111) ressaltam essa particularidade do comportamento do lusitano que, no Brasil, em virtude do trabalho escravo, será ainda mais reforçada:

A posse de escravos era algo essencial para os homens livres: do ponto de vista da produção nada se fazia sem eles. Não apenas porque houvesse escassa mão de obra; também porque o lusitano, e por extensão todos os

brancos se recusava aos trabalhos manuais. Uma verdadeira ética de valorização do ócio instalou-se na colônia. Sérgio Buarque de Holanda lembra que os portugueses, na sua ética tradicional, desvalorizavam os ofícios mecânicos em favor de uma vida ociosa, nobre e culta. Mas na colônia, o fator determinante dessa repulsa ao trabalho manual era a própria presença do escravo; a ele se associavam ideologicamente trabalho, inferioridade, pobreza e más qualidades morais, agravadas pela cor negra, portanto todos esses conceitos passavam a ter a mesma carga de significado negativo (MENDES JUNIOR *et al.*, 1979, p. 111).

A rala presença de mão de obra branca levou Portugal a introduzir no Brasil o trabalho escravo, que era alimentado por intenso tráfico negreiro entre a África e o Brasil. São esses escravos, ou então os pobres e os desvalidos, que ao longo de todo o período colonial irão se dedicar a quase todos os trabalhos manuais e mecânicos. Fonseca (1962, p. 71 e 72) ressalta esse aspecto no âmbito da produção açucareira:

Naquela época, os engenhos polarizavam, também, a aprendizagem de ofícios. Era à sua sombra e de acordo com as suas necessidades que se processava a transmissão de conhecimentos técnico-práticos, dos elementos mais capazes e experimentados aos que se iniciavam no manejo do ferramental arcaico, usado na ocasião. Os que trabalhavam nas profissões manuais foram, entretanto, pouco a pouco, cedendo o lugar para os escravos. O exercício de qualquer ofício passou a ser privilégio do negro. Aos brancos, àqueles que ocupavam um certo grau hierárquico na sociedade rural, de que o engenho era o centro, não competia imiscuir-se em serviços de carpintaria, ou de mecânica, pois que isso ficara reservado aos humildes escravos.

Essa presença maciça do escravo em praticamente todas as atividades mecânicas e manuais acabou por construir, por mais de 300 anos um enorme preconceito com relação às atividades manuais. Segundo Sales e Oliveira (2010, p. 2):

[...] o trabalho manual era considerado uma atividade indigna para o homem branco e livre. Atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, a serralheria, a construção, a tecelagem, entre outras, eram repudiadas por se tratarem de ocupações de escravos. A discriminação contra esse tipo de atividade e contra aqueles que a desempenhavam levava muitos a rejeitarem determinadas profissões. Isso resultou no trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios eram ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção como aqueles advindos das Casas da Roda, garotos de rua e delinquentes.

Por vezes, a carência de mão de obra para trabalhar em atividades manuais era tão grande que se recorria ao emprego da força para adquirir trabalhadores. De acordo com Fonseca (1962, p. 82):

[...] fazia-se o recrutamento ‘manu militare’. À noite saía uma patrulha do arsenal e ‘apenava’ todo aquele que fosse encontrado vagando pelas ruas depois do toque de recolher. Algumas vezes a necessidade de pessoal era tanta que se recorria ao chefe de polícia, pedindo-se-lhe que enviasse, dos

seus presos, aqueles que estivessem em condições de produzir algum trabalho profissional.

A mentalidade fortemente discriminatória com relação às atividades manuais e mecânicas acabou funcionando como forte barreira que impediu ou dificultou o desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Num contexto de forte preconceito, o critério para a escolha de pessoas que iriam aprender um ofício não era a vocação ou o talento individual, mas a imposição brutal que recaía sobre negros e pobres desvalidos.

No caso dos pobres e desvalidos, sua presença na sociedade colonial e também na fase do Império era bastante saliente. A tradicional formação da sociedade colonial açucareira dividida em dois polos – senhores de engenho de um lado e toda uma massa de trabalhadores escravos do outro –, esconde uma complexidade bem maior do que esse esquema reducionista. Era bastante considerável a quantidade de homens livres pobres e também de vadios, vagabundos e delinquentes que constantemente representavam uma ameaça à ordem pública. Era muito comum, inclusive, as metrópoles exportarem para as respectivas colônias sua cota de vadios e vagabundos. Souza (1990, p. 57) acrescenta que:

[...] as conquistas ultramarinas tiveram um papel muito importante na absorção dos mendigos e vagabundos da metrópole, muitas vezes recrutados à força para fazerem serviço militar nas possessões de além-mar. A jurisprudência selvagem de Portugal no Antigo Regime sentenciava multidões de pequenos larápios e outros infratores com a prisão e o exílio: todo navio que partia para o Brasil, Índia ou África, trazia, sobretudo a partir do século XVII a sua cota de degredados.

Acrescenta, ainda, que a própria estrutura econômica da colônia contribuía fortemente para a formação de mais vadios e vagabundos:

Partindo-se da análise da estrutura econômica da colônia pode-se constatar que havia condições favoráveis à proliferação de desclassificados: nas suas linhas gerais, tratava-se de uma colônia de exploração voltada para a produção de gêneros tropicais cuja comercialização favorecesse ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus. Uma economia de bases tão frágeis, tão precárias, centrada na grande propriedade agrícola e na exploração em larga escala, estava fadada a arrastar consigo um grande número de indivíduos, constantemente afetados pelas flutuações e incertezas do mercado internacional. Ao mesmo tempo, impedia que os desprovidos de cabedal tivessem acesso às fontes geradoras de riqueza (SOUZA, 1990, p. 61).

Ressalta-se que, internamente, o peso avassalador do trabalho escravo, disseminado na maioria das atividades econômicas, funcionava como uma barreira que impedia que centenas de homens livres pobres exercessem vários ofícios e profissões. Muitos preferiam mendigar ou se tornar vadios a exercer um ofício manual ou mecânico. Sobre essa matéria Cunha (2000, p. 3) destaca que:

A vigência de relações escravistas de produção no Brasil, desde os tempos da colônia, funcionou sempre como desincentivo para que a força de trabalho livre se orientasse para o artesanato e a manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, pedreiros, ferreiros, tecelões, confeitores e em vários outros ofícios afugentava os homens livres, empenhados em marcar sua distinção da condição de escravo, o que era da maior importância diante da tendência dos senhores empregadores de ver todo trabalhador como coisa sua.

Apesar dessas barreiras, o ensino de artes e ofícios no Brasil Colônia deu um salto de desenvolvimento com o surgimento do ciclo do ouro. É sabido que a mineração que começou a se desenvolver no Brasil ao final do século XVII, em virtude da descoberta de metais preciosos pelos bandeirantes paulistas, concentrou-se geograficamente onde atualmente situam-se os estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Essa atividade mineradora provocou muitas transformações na colônia, dentre elas o surgimento de várias cidades, a ocupação e o povoamento do interior, a articulação da região mineradora com outras regiões da colônia por meio do comércio, a transferência da capital em Salvador para o Rio de Janeiro, a formação de uma sociedade bem mais complexa e dinâmica do que a sociedade açucareira, inclusive com a formação de uma classe média, dentre outras. Em síntese, o ciclo do ouro emprestou uma nova dinâmica à economia colonial e isto acabou abrindo um mercado para as atividades artesanais e manufatureiras. Mendes Junior *et al.* (1979, p. 254) analisam da seguinte maneira o impacto da mineração no século XVIII:

Essa concentração de pessoas, diferente da dispersão rural anterior no Ciclo do Açúcar, pode ser medida pelo fato de que Minas Gerais, que até então não possuía nenhuma cidade, teve criadas no setecentismo 14 vilas oficiais e um grande número de povoados. Da mesma maneira, o influxo da circulação causado pelo ouro atingiu a urbanização de capitanias próximas: a Bahia, por exemplo, passou de 8 para 35 vilas no século XVIII.

Vale ressaltar, ainda, que o crescimento urbano não foi apenas no número de novas cidades, mas também na quantidade de habitantes dessas cidades que cresceram e prosperaram à sombra da extração do ouro. Cidades como Mariana e São João Del Rei chegaram a ter uma população de 10 mil habitantes e Vila Rica alcançou a cifra expressiva de mais de 30 mil habitantes. Esses dados estatísticos tinham muito mais ressonância do que as acanhadas e modorrentas cidades do Brasil colonial do século XVI.

O salto econômico provocado pela mineração, o grande crescimento populacional – uma vez que milhares de pessoas migraram para os centros de mineração – e a riqueza advinda da exploração de ouro e diamantes abriram um mercado de trabalho para as mais variadas atividades artesanais. Cunha (2000, p. 37) afirma que o ciclo do ouro propiciou um:

[...] notável incremento na prática de certos ofícios. Pedreiros, carpinteiros, ferreiros, entalhadores e pintores encontravam emprego nas encomendas para a construção de obras públicas como chafarizes, pontes e prédios diversos; e da Igreja para a construção e decoração de templos. Entalhadores e pintores receberam especial incentivo para a prática da sua arte, destacando-se, como o maior de todos, Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, português de nascimento embora talvez tivesse concluído seu aprendizado no Brasil.

Mendes Junior *et al.* (1979, p. 254) também enveredam pelo mesmo tipo de análise ao enfatizar o dinamismo das cidades mineradoras:

O aspecto essencial a destacar, nessa atividade, é a dinâmica surpreendente do setor terciário, que modificou a paisagem dos aglomerados humanos. Estes passaram a ter características muito mais cidadinas apresentando, ao longo das suas ruas estreitas e sinuosas, muitas lojas, bodegas, armazéns, hospedarias, depósitos e um sem número de oficinas onde trabalhavam artesãos de todo tipo. Havia ouro em abundância e mercado suficiente para profissionais, do carregador ao escrivão, do sapateiro ao escultor, do advogado à prostituta.

Esse desenvolvimento econômico e social da colônia, principalmente nos setores ligados à vida urbana – comércio, manufaturas, artesanato –, e o próprio crescimento populacional logicamente estimulavam o desenvolvimento de artes e ofícios nos mais variados ramos, para atender às necessidades de consumo da população desde os elementos mais básicos, como roupas, calçados, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, até produtos mais sofisticados, como a ourivesaria, por exemplo.

Preocupado com essa diversificação de atividades e temendo uma possível autonomia econômica por parte da colônia, Portugal adotou várias medidas no sentido de frear esse desenvolvimento e reforçar o modelo agrário exportador mais condizente aos interesses econômicos do reino lusitano. De acordo com Santos (2000, p. 207):

[...] entre 1706 e 1766, indústrias de vários ramos de atividade foram fechadas segundo a seguinte cronologia: em 1706, uma Ordem Régia, datada de 8 de julho, fechava em Recife, a primeira tipografia que funcionava no Brasil, inaugurada naquele mesmo ano; em 1747, outra Ordem Régia, com data de 6 de julho, determinava ao governador de Pernambuco o seqüestro e a destruição de todos os estabelecimentos tipográficos que porventura existissem; em 1751, por ordem de Gomes Freire, governador das capitânicas do Rio de Janeiro Minas Gerais, foram extintas numerosas oficinas; e, em 1766, estando à frente do governo o Conde de Cunha, foi apresentada a Carta Régia de 31 de julho, que mandava destruir as fundições e as oficinas de ourives que existissem no país.

Todavia, o golpe mais incisivo no sentido de travar o desenvolvimento industrial do país foi o já citado Alvará de 5 de janeiro de 1785, o qual “impunha o fechamento de todas as manufaturas, com exceção daquelas em que se tecessem fazendas grossas de algodão que eram utilizadas pelos escravos” (SANTOS, 2000, p. 207). Evidentemente, essas determinações legais que brecavam a instalação de manufaturas de vários tipos e até determinavam a destruição de fábricas já instaladas tiveram um impacto negativo no

desenvolvimento do ensino de profissões, principalmente se levarmos em conta que, como já foi salientado, a aprendizagem de ofícios ocorria nas próprias oficinas e locais de trabalho.

Todavia, é preciso enfatizar que, apesar de todas essas medidas proibitivas e do zelo com que os monarcas lusitanos procuraram controlar e fiscalizar sua colônia mais importante, Portugal não conseguiu evitar o desenvolvimento das forças econômicas e sociais do Brasil, mesmo porque essas forças, quando postas em movimento, muitas vezes são mais fortes do que decretos e leis. De acordo com Cunha (2000, p. 39):

A intensificação da atividade econômica e a necessidade de defesa da colônia fez aumentar a importância, nas cidades, da burocracia do Estado (a administração, o exército, a justiça, a Igreja), dos estabelecimentos do comércio de exportação e importação e dos nodos do comércio interno. Gerou-se, assim, uma nova demanda de artesãos de todos os tipos para a construção dos equipamentos permanentes necessários àquelas funções, à sua reparação e, também, para a prestação de serviços aos funcionários do Estado, aos comerciantes e seus empregados.

O crescimento da colônia, fenômeno inevitável, acabou contribuindo para o incremento dos setores secundário e terciário da economia, para o surgimento de outras atividades artesanais e manufatureiras que exigiam trabalhadores especializados. A economia continuava baseada na agricultura de exportação, no latifúndio e no trabalho servil. Porém, o crescimento da vida urbana e a maior desenvoltura das atividades artesanais e do comércio lentamente erguiam uma pressão econômica no sentido de ampliar o ensino de artes e ofícios no Brasil.

Considerações finais

Pelo exposto, percebe-se que o ensino de artes e ofícios no período colonial foi bastante limitado e nem sempre conseguiu atender às necessidades econômicas e sociais da colônia.

Esse caráter limitado e reduzido do ensino das artes mecânicas foi provocado por vários fatores. A estrutura econômica e social da colônia, largamente baseada numa agricultura de exportação e de recursos técnicos limitados, a presença maciça do trabalho escravo, que criou uma imagem negativa do trabalho manual, o pacto colonial, que restringia o desenvolvimento da colônia, proibindo o desenvolvimento de manufaturas e vedando o livre comércio, as fortes desigualdades sociais e o peso da escravidão, que limitavam a formação de um mercado interno de maior expressão, o empenho da metrópole em restringir o desenvolvimento autônomo da economia colonial, dentre outros elementos, contribuíram para o desenvolvimento bastante limitado do ensino de artes e ofícios na era colonial.

No entanto, apesar de todas essas restrições e do peso da economia agrária e exportadora, as artes e os ofícios se desenvolveram em determinados espaços. Os processos de aprendizagem de artes e ofícios ocorreram principalmente nos engenhos de cana-de-açúcar, nos colégios e aldeamentos dos padres jesuítas, nos arsenais da Marinha, na mineração e nos serviços urbanos. Em várias situações, como no caso da economia açucareira e na mineração, o ensino e as atividades de artes e ofícios serviam apenas para complementar a atividade econômica principal.

Verificou-se, também, que a aprendizagem de ofícios artesanais e manufatureiros, no Brasil, ocorreu de maneira assistemática e não escolarizada. Seja nos engenhos, nas missões jesuíticas ou nos arsenais da Marinha, a aprendizagem ocorria na prática, no próprio local de trabalho.

Com relação ao apoio e incentivo do Estado na criação de escolas de artes e ofícios, percebe-se que o empenho da Coroa portuguesa nessa matéria foi mínimo. Pode-se dizer até o contrário. Ao invés de apoiar a criação de escolas – mesmo porque em várias ocasiões a colônia mostrou-se carente de mão de obra qualificada para trabalhar em determinados ofícios-, o Estado dificultou a criação das mesmas, numa clara atitude de proteger os interesses econômicos e políticos da metrópole. Na visão dos governantes portugueses, diversificar a economia da colônia e formar mão de obra com certa qualificação seria perigoso, pois poderiam engendrar espíritos autonomistas e ameaçar o controle português sobre a colônia. Prado Jr. (1986, p. 176 e 177) critica de maneira categórica a atuação da administração portuguesa no caso específico da região mineradora. Para ele:

[...] as intendências não exerceram efetivamente e de forma normal senão a função de cobrar o quinto e fiscalizar os descaminhos do ouro. Para isso estavam bem aparelhadas, e sempre agiram com o máximo rigor. Mas é só. No mais, pouco ou nada faziam. Seus funcionários, bacharéis e burocratas inteiramente alheios a assuntos de mineração, não deram nunca um passo no sentido de promover melhorias, tentar o aperfeiçoamento dos processos empregados na extração do ouro; ajudar, por pouco que fosse a indústria confiada a sua guarda ou às pessoas nelas ocupadas.

Finalmente, o aspecto mais marcante verificado ao longo deste trabalho foi a construção de uma imagem extremamente negativa com relação ao trabalho manual e de ofícios mecânicos em geral, no Brasil Colônia, fato que se estendeu pelo Brasil Império. O trabalho manual, como era executado por escravos, passou a ser visto como humilhante e degradante, que manchava a honra e a dignidade de uma pessoa. Sobre essa discriminação, que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, Cunha (2000, p. 16) comenta:

Desde o início da colonização do Brasil as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc. afugentava os

trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores e empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua.

Em vista dessa situação, conforme verificado, tanto o aprendizado como o trabalho de artes e ofícios no Brasil Colônia, e também na fase imperial, ocorreram de maneira compulsória, forçada, tendo como alvo preferencial os pobres, os desvalidos e as crianças abandonadas, os quais, além dos escravos, são os sujeitos sociais que irão participar da construção e do desenvolvimento do ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.

Referências

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Unesp, 2000.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI-DN-DPEA, v.1, 1962.

GALLINDO, Jussara. Formação para o trabalho e profissionalização no Brasil: da assistência à educação formal. In: BATISTA, Eraldo Leme e MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A educação profissional no Brasil**. Campinas; Alínea, 2013.

GOMES, Hélica Silva Carmo. Os modos de organização e produção do trabalho e a educação profissional no Brasil. In: BATISTA, Eraldo Leme e MULLER, Meire Terezinha (Orgs.). **A Educação profissional no Brasil**. Campinas: Alínea, 2013.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez editora, 2003

MENDES JUNIOR, Antonio; MARANHÃO, Ricardo e RONCARI, Luiz. **Brasil História: texto e consulta (COLÔNIA)**. 3.ed., São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. **Brasil História: texto e consulta (IMPÉRIO)**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 28. ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense. 1986.

SALES, Paula Elisabete; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional e aprendizagem no Brasil: trajetórias e impasses**. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/EDUCACAO_PROF_E_APREND.pdf>. Acesso em: 16 abril 2015.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al.* **500 anos de educação no Brasil**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2000.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **Os Desclassificados do ouro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VEIGA, Cyntia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.